

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em suas provas, caso haja item(s) que avalie(m) **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- PROVAS OBJETIVAS --

### -- CONHECIMENTOS GERAIS --

#### LÍNGUA PORTUGUESA

Creio que, em geral, deixando de lado a opinião dos especialistas, damos demasiada importância à opinião dos outros, tanto em assuntos cruciais quanto em assuntos de pequena monta. A regra básica é que uma pessoa deve respeitar a opinião pública apenas o suficiente para não morrer de fome nem ir para a cadeia. Tudo o que passar desse ponto significa submeter-se voluntariamente a uma tirania desnecessária, e, possivelmente, isso é o que acaba interferindo na própria felicidade.

Examinemos, por exemplo, a questão de como as pessoas gastam seu dinheiro. Elas o gastam naquilo que não satisfaz seus gostos pessoais, simplesmente porque acreditam que o respeito dos vizinhos depende de terem carro ou de abrirem suas residências para jantares. Na verdade, uma pessoa que possa claramente comprar um carro, mas que prefira gastar o dinheiro em viagens ou numa boa biblioteca, acabará sendo muito mais respeitada do que se houvesse feito exatamente como todas as outras. Não há sentido em zombar deliberadamente da opinião pública; isso é admitir seu domínio, ainda que às avessas. Mas ser autenticamente indiferente a ela é uma força e uma fonte de felicidade. E uma sociedade de homens e mulheres que não se submetem demasiadamente aos convencionalismos é mais interessante do que uma sociedade em que todos se comportam da mesma maneira.

Bertrand Russell. *A conquista da felicidade*. Tradução: Luiz Guerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017 (com adaptações).

A respeito das ideias e de aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens que se seguem.

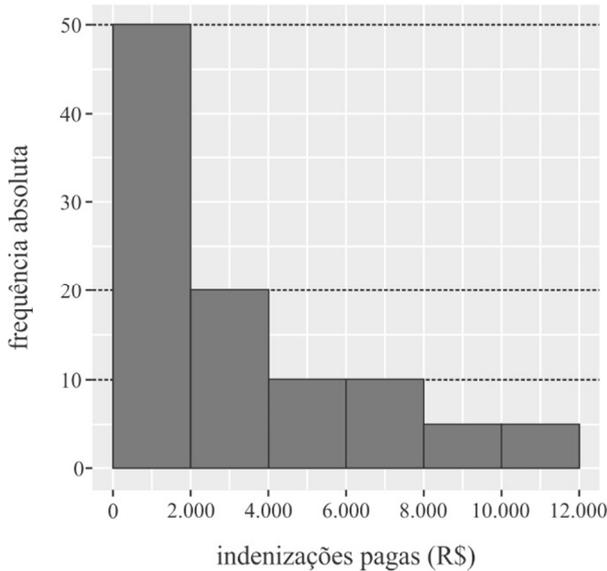
- 1 Comprar um carro que não satisfaça seu gosto pessoal e respeitar a opinião pública somente o suficiente para não passar fome são ações apresentadas no texto como exemplos de atitudes em que se dá excessiva importância à opinião alheia.
- 2 O autor do texto sugere que, para evitar a infelicidade, o indivíduo deve buscar a autenticidade, ou seja, deve opor-se à opinião pública.
- 3 No segundo período do segundo parágrafo, as formas “terem” e “abrirem” estão no plural porque concordam com o termo “vizinhos”.
- 4 A correção gramatical e os sentidos originais do texto seriam mantidos caso o termo “dos”, em “respeito dos vizinhos” (segundo período do segundo parágrafo), fosse substituído por **aos**.
- 5 A vírgula logo após “desnecessária” (último período do primeiro parágrafo) separa orações com sujeitos distintos, podendo ser eliminada sem prejuízo da correção gramatical do texto, dado o caráter facultativo desse sinal de pontuação no contexto em questão.

- 6 No trecho “mais interessante do que uma sociedade” (último período do texto), o termo “do” poderia ser eliminado sem prejuízo da correção gramatical e da coerência das ideias do texto.
- 7 Prejudicaria a correção gramatical do texto a inserção do sinal indicativo de crase no vocábulo “a”, em “submeter-se voluntariamente a uma tirania desnecessária” (último período do primeiro parágrafo).
- 8 Uma das estratégias coesivas presentes no segundo parágrafo é o uso de sinônimos para evitar a repetição vocabular, como é o caso do emprego do termo “autenticamente” (penúltimo período), que possui no texto o mesmo sentido de “deliberadamente” (quarto período).
- 9 No penúltimo período do texto, o termo “ela” retoma a expressão “opinião pública”, mencionada no período anterior, e exerce a função sintática de sujeito da oração “é uma força e uma fonte de felicidade”.
- 10 Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência das ideias do texto, o vocábulo “houvesse” (terceiro período do segundo parágrafo) poderia ser substituído por **tivesse**.

**Espaço livre**

**NOÇÕES DE LÓGICA E ESTATÍSTICA**

Para organizar relatórios estatísticos acerca do comportamento de sinistros de determinado ramo de seguros, um consultor analisou uma base de dados com os valores de 100 indenizações pagas por uma seguradora no último ano, cujo histograma é representado a seguir.



Considerando que, no histograma apresentado, os dados estão agrupados em intervalos de classe, julgue os itens que se seguem, a respeito da distribuição das indenizações pagas.

- 11 O desvio padrão amostral é inferior a R\$ 6.000.
- 12 O histograma apresenta uma distribuição com assimetria negativa, já que há maior concentração de valores à esquerda da mediana dessa distribuição.
- 13 A média amostral é igual a R\$ 3.300.
- 14 A mediana é igual a R\$ 6.000.
- 15 A moda da distribuição das indenizações pagas é superior a R\$ 6.000.

A partir do perfil de sinistros em determinado tipo de apólices de automóveis, um analista categorizou os eventos em: sinistro com culpa (*A*); sinistro sem culpa (*B*); e ausência de sinistro (*C*). Além disso, ele considerou a variável aleatória contínua *T*, que representa o tempo de habilitação do condutor (em anos), e definiu o evento tempo de habilitação inferior a 2 anos como *D*.

Em relação a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 16 Os eventos *A*, *B* e *C* são mutuamente independentes.
- 17 Suponha que a probabilidade de um condutor se envolver em sinistro com culpa seja  $P(A) = 0,2$  e que  $P(A|D) = 0,4$ . Nessa situação,  $P(A \cap D) = 0,2 \times P(D)$ .
- 18 A variável aleatória *T* pode ser caracterizada por uma função de distribuição de probabilidade  $P(T = t)$ , em que *t* denota um tempo de habilitação em anos.
- 19 Considere que  $P(A) = 0,2$ ,  $P(B) = 0,1$  e  $P(C) = 0,7$  e que  $P(D|A) = 0,3$ ,  $P(D|B) = 0,2$  e  $P(D|C) = 0,1$ . Com base nessas considerações, conclui-se que 15% dos condutores possuem tempo de habilitação inferior a 2 anos.
- 20 Para a variável aleatória *T*, se  $P(D) = P(T < 2) = 0,5$ , então  $P(T > 2) = 0,5$ .

**NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

Durante a análise de um processo de autorização de operação de uma nova sociedade seguradora, um analista técnico da SUSEP identificou que o ato de autorização fora praticado por autoridade competente, mas sem a devida motivação formal exigida pela norma interna, tendo sido o erro detectado antes de qualquer prejuízo a terceiros ou lesão ao interesse público.

A partir da situação hipotética precedente, julgue os itens a seguir.

- 21 A administração é obrigada a anular o ato com vício formal, sendo vedada sua convalidação, segundo previsão da Lei n.º 9.784/1999.
- 22 De acordo com a Lei n.º 9.784/1999, o vício identificado no ato poderá ser sanado pela própria administração, visto que não houve prejuízo a terceiros nem ao interesse público.

Em processo de fiscalização da SUSEP, identificou-se que determinada prática contratual adotada por uma seguradora, amplamente aceita pela administração à época, havia sido posteriormente considerada irregular com base em nova interpretação normativa. Mesmo diante da mudança de entendimento, decidiu-se aplicar retroativamente a nova orientação, com efeitos sancionatórios imediatos.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item que se segue, com base no disposto na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.

- 23 É admissível que a administração pública declare a nulidade da situação jurídica constituída com base na nova orientação normativa, desde que fundada em interpretação jurisprudencial consolidada.

No curso de um processo fiscalizatório, a SUSEP constatou que determinada empresa estava oferecendo ao público produtos financeiros com características típicas de seguro, sem a devida autorização. Com base em sua competência regulatória, a autarquia determinou a imediata suspensão da atividade irregular e instaurou processo administrativo para apurar a infração.

Tendo como referência a situação hipotética precedente, julgue os itens a seguir, acerca dos poderes da administração pública.

- 24 Ao apurar a infração cometida pela entidade supervisionada, a SUSEP exerce poder de polícia judiciária, com competência para investigar e instaurar inquérito sobre os delitos penais eventualmente praticados pela referida empresa.
- 25 A autoexecutoriedade do poder de polícia administrativa exercido pela SUSEP decorre de atribuição legal e autoriza a adoção direta de medidas cautelares previstas na regulamentação setorial, sem necessidade de intervenção judicial.

**Espaço livre**

**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

Julgue os itens a seguir, relativos a aplicabilidade das normas constitucionais, organização político-administrativa do Estado e direitos sociais, de acordo com o texto constitucional e a jurisprudência do STF.

- 26** A exigência municipal de contratação obrigatória de seguro por estabelecimentos comerciais insere-se no âmbito do interesse local, sendo válida em decorrência da autonomia municipal constitucionalmente prevista.
- 27** Somente aos trabalhadores com vínculo empregatício formal é assegurado o direito de participar de eleições sindicais e integrar diretoria de sindicato, sendo essa prerrogativa vedada também aos aposentados.
- 28** O direito ao exercício profissional consubstancia norma de eficácia contida, cujo núcleo essencial é imediatamente aplicável, admitindo-se, contudo, restrições legais supervenientes, desde que compatíveis com a razoabilidade, a proporcionalidade e os fins constitucionais expressos.
- 29** A ausência de norma regulamentadora que viabilize a implementação de uma diretriz programática constitucional configura omissão legislativa politicamente relevante, mas não enseja violação de direito subjetivo nem legitima o uso de remédio constitucional, por inexistência de eficácia jurídica autônoma dessas normas.
- 30** A edição de normas gerais sobre política de seguros é de competência legislativa privativa da União, podendo, contudo, lei complementar autorizar os estados a legislar sobre aspectos específicos da matéria.

**MERCADO DE SEGUROS,  
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA,  
CAPITALIZAÇÃO E RESSEGUROS**

Julgue os seguintes itens, relacionados a capitalização e proteção patrimonial mutualista.

- 31** A administradora de operações de proteção patrimonial mutualista pode contratar seguro ou resseguro para a proteção dos riscos dessas operações e dos seus próprios riscos.
- 32** O título de capitalização é indivisível em relação à sociedade de capitalização e pode ser pago tanto em moeda corrente nacional quanto em moeda estrangeira.
- 33** O patrimônio de cada grupo de proteção patrimonial mutualista não integra o patrimônio de seus participantes, da associação de que esses participantes sejam membros ou da administradora.
- 34** A modalidade incentivo dos títulos de capitalização tem por objetivo propiciar a capitalização da contribuição e a participação do titular em sorteios, sem que haja devolução integral do valor pago.
- 35** O rateio mutualista de despesas é o regime por meio do qual as despesas para cobertura dos eventos ocorridos em um grupo de proteção patrimonial mutualista, em período predeterminado, são repartidas mutuamente entre os participantes do grupo de acordo com o previsto em contrato de participação por adesão.

Com base na legislação pertinente a mercado de seguros, julgue os itens a seguir.

- 36** As entidades beneficentes de assistência social certificadas têm autorização para arrecadar recursos por meio de títulos de capitalização.
- 37** As instituições autorizadas a operar nos mercados de proteção patrimonial mutualista integram o Sistema Nacional de Seguros Privados.
- 38** A SUSEP não integra o Sistema Nacional de Capitalização.
- 39** A pessoa física que infringir as normas aplicáveis às atividades de seguro, cosseguro, proteção patrimonial mutualista, resseguro, retrocessão e capitalização poderá sofrer pena de inabilitação de no máximo 15 anos para o exercício de cargo ou função no serviço público ou em empresas públicas, sociedades de economia mista e respectivas subsidiárias, entidades de previdência complementar, sociedades de capitalização, instituições financeiras, sociedades seguradoras, sociedades cooperativas de seguros, administradoras de operações de proteção patrimonial mutualista e resseguradoras.
- 40** Pelo contrato de seguro, a seguradora obriga-se, mediante o pagamento do prêmio equivalente, a garantir interesse legítimo do segurado ou do beneficiário contra riscos indeterminados.
- 41** O compartilhamento voluntário de dados e de informações com a SUSEP que as sociedades cooperativas de seguros obtiverem no desempenho de suas atividades não constitui violação do dever de sigilo.

Acerca de seguro, cosseguro e resseguro, julgue os itens que se seguem.

- 42** O segurado que culposamente descumprir o dever de comunicar à seguradora relevante agravamento do risco tão logo dele tome conhecimento fica obrigado a pagar a diferença de prêmio apurada ou, se a garantia for tecnicamente impossível ou o fato corresponder a um tipo de risco que não seja normalmente subscrito pela seguradora, não fará jus à garantia.
- 43** Nos seguros cumulativos de dano, não há necessidade de o segurado comunicar a cada uma das seguradoras a existência dos contratos com as demais.
- 44** Resseguro ocorre quando duas ou mais seguradoras, por acordo expresso entre si e o segurado ou o estipulante, garantem o mesmo interesse contra o mesmo risco, ao mesmo tempo, cada uma delas assumindo uma cota de garantia.
- 45** São obrigatórios os seguros de incêndio e transporte de bens pertencentes a pessoas jurídicas situados no país ou nele transportados; contudo, tal obrigatoriedade não se aplica à União.

No que se refere à previdência complementar aberta e aos planos com cobertura por sobrevivência, julgue os itens subsequentes.

- 46** É possível a portabilidade dos recursos acumulados de um plano VGBL para um plano PGBL, ou vice-versa.
- 47** As entidades abertas de previdência complementar podem realizar contratação de plano coletivo com pessoa jurídica cujo objetivo principal seja estipular, em nome de terceiros, planos de benefícios coletivos.
- 48** Nos planos de benefícios de entidades abertas, a portabilidade não caracteriza resgate.
- 49** PGBL é um plano de previdência complementar, ao passo que VGBL é classificado como seguro de pessoa.
- 50** No plano VGBL, é garantida rentabilidade mínima, previamente acertada na contratação, durante a fase de acumulação dos recursos (período de diferimento).